

Levantamento de dados do episódio:

“Pautas Identitárias em Disputa: Extrema-direita nas redes sociais”

Bolsistas: Ana Carolina Mattos, Enzo Cosenza, João Albuquerque, Laila Tulani Silva, Maria Eduarda Bogio, Marina Zenha

BLOCO 1 – O QUE ESTÁ EM DISPUTA?

Contexto histórico-ideológico

- Como surgiram as pautas identitárias nas lutas sociais?

→ marcos históricos (ex.: movimentos feministas, negros, LGBTQIA+).

Dado: A transfobia, juntamente com a homofobia, foi equiparada ao crime de racismo, até que o Congresso Nacional edite lei que criminalize atos dessa natureza. Na decisão, o Plenário do STF reconheceu a mora do Congresso Nacional para incriminar atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes da comunidade LGBT (Tribunal de Justiça do Piauí, 2025).

→ **Fonte:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. Diversidade e Inclusão. **Tribunal de Justiça do Piauí**, 2025. Disponível em: <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/diversidade-e-inclusao/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

→ **Análise:** Crimes de LGBTQIA+fobia sendo reconhecido com discriminação dentro da lei brasileira.

→ **Justificativa:** Um passo importante para o movimento LGBTQIA+ brasileiro.

Dado: Em 1981, um grupo de lésbicas fundou o ChanacomChana, que era comercializado no Ferro's Bar, frequentado por lésbicas. A venda do jornal não era aprovada pelos donos do local, que, em 1983, expulsaram as mulheres de lá. No dia 19 de agosto do mesmo ano, lésbicas, feministas e ativistas LGBTs se reuniram no Ferro's, onde fizeram um ato político que resultou no fim da proibição da venda do jornal. Este episódio ficou conhecido como o 'Stonewall brasileiro' e, por causa dele, no dia 19 de agosto comemora-se o Dia do Orgulho Lésbico no estado de São Paulo (Ferraz, 2017).

→ **Fonte:** FERRAZ, Thaís. Movimento LGBT: a importância da sua história e do seu dia. Politize, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/#:~:text=O%20MOVIMENTO%20CHEGA%20AO%20BRASIL,Lampião%20da%20Esquina%20e%20ChanacomChana>. Acesso em: 19 mai. 2025.

→ **Análise:** Movimento político lésbico no Estado de São Paulo que reverteu a proibição da venda de jornal LGBTQIA+.

→ **Justificativa:** Um exemplo de ato político importante para a comunidade lésbica e feminista em território nacional.

Dado: Em 1969, batidas policiais em bares *gays* na região de Manhattan, na cidade de Nova York, nos EUA, seguiam um padrão. Policiais invadiam o local, ameaçando e espancando funcionários e clientes do bar. Os clientes saíam para a rua e formavam filas para que a polícia pudesse prendê-los. Mas não foi isso que aconteceu nas primeiras horas da manhã do dia 28 de junho de 1969, durante uma operação policial no bar Stonewall Inn. Clientes e curiosos reagiram — e a consequência foi uma confusão que durou dias e resultou em uma rebelião conhecida atualmente como a Revolta de Stonewall, um marco que ajudou a desenadear o movimento atual pelos direitos civis LGBTQ+ (Blakemore, 2021).

→ **Fonte:** BLAKEMORE, Erin. Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQ+. **National Geographic**, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>. Acesso em: 20 mai. 2025.

→ **Análise:** A Revolta de Stonewall foi um dos primeiros grandes atos políticos de luta pelos direitos civis LGBTQIA+ que já foi registrado.

→ **Justificativa:** A Revolta de Stonewall influencia a série de movimentos pelos direitos de pessoas LGBTQIA+ até os dias de hoje.

Dado: Em seu trabalho, Carter afirma que ‘esses exemplares de um novo tipo de organização gay, inspirados pelo espírito militante dos motins que os forjaram, logo inspiraram milhares de gays e lésbicas através de todo o país — e em última instância de todo o mundo — a juntarem-se ao movimento pelos direitos civis e humanos para os LGBTs (Ferraz, 2017).

→ **Fonte:** FERRAZ, Thaís. Movimento LGBT: a importância da sua história e do seu dia. Politize, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/#:~:text=O%20MOVIMENTO%20CHEGA%20AO%20BRASIL,Lampião%20da%20Esquina%20e%20ChanacomChana>. Acesso em: 19 mai. 2025.

→ **Análise:** Esse dado explicita a importância de Stonewall para o movimento LGBTQIA+ como um motor para a sua organização e participação ativa no movimento pelos direitos civis.

→ **Justificativa:** Complementa o dado anterior.

Dado: No dia 17 de maio de 1990, ser LGBTI deixou de ser considerada uma doença mental. A denominação “homossexualismo” deu lugar à homossexualidade e já não constava mais na Classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Então, homossexuais deixaram de ser submetidos a tratamentos de ‘cura’, e 17 de maio passou a ser o Dia Internacional Contra a Homofobia (Milanezi, 2017).

→ **Fonte:** MILANEZI, Gabriela. 17 de maio de 1990: o dia em que ser LGBTI deixou de ser doença. **OAB Rio Grande do Sul**, 17 mai. 2017. Disponível em: <https://www2.oabrs.org.br/noticia/17-maio-1990-dia-em-que-ser-lgbti-deixou-doenca/24491>. Acesso em: 20 mai. 2025.

→ **Análise:** Em 1990, ser uma pessoa LGBTQIA+ deixou de ser considerada doença pela Organização Mundial da Saúde, cessando com a obrigação dessas pessoas a passarem por “tratamentos” que eram discriminação disfarçado de torturas.

→ **Justificativa:** Um grande marco da luta LGBTQIA+, pois começaram a ser vistos como seres humanos que não tinham um defeito a ser consertado.

Dado: Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretária com *status* de ministro, promoveu junto com importantes grupos - como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília - uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo (Pinto, 2010).

→ **Fonte:** PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 18, v. 36, Jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgONzxNjZNcSBf5r>. Acesso em: 18 mai. 2025.

→ **Análise:** O dado expõe a participação feminina durante a formulação da Constituição de 88 e a importante vitória do movimento mediante o texto.

→ **Justificativa:** O dado evidencia a participação ativa do movimento feminista brasileiro na reconstituição da democracia brasileira, logo, nas lutas sociais.

Dado: Em 1932, o sufrágio feminino foi garantido pelo primeiro Código Eleitoral brasileiro: uma vitória da luta das mulheres que, desde a Constituinte de 1891, pleiteavam o direito ao voto. Essa conquista só foi possível após a organização de movimentos feministas no início do século XX, que atuaram intensa e exaustivamente no movimento sufragista, influenciados, sobretudo, pela luta das mulheres nos EUA e na Europa por direitos políticos (Redação Nossa Causa, 2020).

→ **Fonte:** REDAÇÃO NOSSA CAUSA. Conquistas do feminismo no Brasil: uma linha do tempo. *Nossa Causa*, 09 mar. 2020. Disponível em: <https://nossacausa.com/2020/03/conquistas-do-feminismo-no-brasil-uma-linha-do-tempo/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

→ **Análise:** A organização de movimentos feministas no Brasil deu frutos como a garantia do sufrágio feminino em 1932.

→ **Justificativa:** O dado demonstra a organização dos movimentos feministas no Brasil, diretamente influenciados por movimentos estadunidenses e europeus, e a primeira grande conquista.

Dado: Cerca de três mil manifestantes foram às ruas do Centro do Rio para participar de uma passeata do Dia Internacional da Mulher de 1983. Naquela tarde de terça-feira, há 40 anos, levantando cartazes e gritando palavras de ordem por igualdade de gênero, as manifestantes faziam demandas como a instalação de creches em locais de trabalho e a legalização do aborto.

[...] O ato de 1983 circulou pelo Centro recebendo adesões. Cerca de vinte funcionárias de um banco, que faziam um protesto trabalhista, se uniram à manifestação feminista, assim como trabalhadoras que deixavam o expediente.

[...] O protesto deu visibilidade ao movimento no Brasil. A partir daquele ano, o Dia Internacional da Mulher passou a ser marcado por manifestações em diferentes capitais, como Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Recife, onde, em 1985, centenas de mulheres se reuniram na rua com frevo e versões femininas dos bonecos de Olinda (Filho, 2023).

→ **Fonte:** FILHO, William Hallal. Dia da Mulher: As passeatas que marcaram o movimento feminista no Brasil, nos anos 80. *O Globo*, 08 mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/03/dia-da-mulher-as-passeatas-que-marcaram-o-movimento-feminista-no-brasil-nos-anos-80.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2025.

→ **Análise:** O dado oferece um exemplo histórico marcante da luta do movimento feminista no Brasil.

→ **Justificativa:** O dado evidencia o entrelaço das pautas identitárias femininas com as trabalhistas mais associadas às lutas sociais.

Dado: As principais autoras, Demita Frazier, Beverly Smith e Barbara Smith acreditavam que a ‘opressão racial, sexual, heterossexual e de classe’ formavam um sistema interligado que as ‘feministas negras’ estavam bem posicionadas para se opor.

Em suas mentes, a libertação negra e os movimentos feministas se opuseram a certos tipos de opressão enquanto reforçavam outros. Embora os autores da Declaração fossem socialistas, eles não acreditavam que o próprio socialismo era capaz de destruir ‘o capitalismo e o imperialismo, bem como o patriarcado’. Portanto, sua tarefa revolucionária era trabalhar dentro de vários movimentos baseados em identidade na esquerda para finalmente realizar uma libertação final dos homens cristãos brancos e do sistema que eles criaram para se beneficiar (Harris, 2024, tradução nossa).

→ **Fonte:** HARRIS, Jon. The Inescapability of Identity Politics. **American Reformer**, 08 mai. 2024. Disponível em: <https://americanreformer.org/2024/05/the-inescapability-of-identity-politics/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

→ **Análise:** O dado evidencia o entrelaçamento entre as lutas de raça, classe, gênero e sexualidade dentro dos movimentos sociais. Além disso, explicita a visão holística que parte daqueles engajados nesses movimentos tinham e têm a respeito dessas pautas e como essas opressões se retroalimentam.

→ **Justificativa:** A apresentação desse dado pode ajudar a esclarecer como se deu o processo de conexão entre os diferentes movimentos identitários e a luta de classes e consequentemente, seu importante papel na luta por direitos civis.

Dado: Em primeiro de dezembro de 1955, a costureira Rosa Louise McCauley, mais conhecida como Rosa Parks, praticou ato de desobediência civil ao se negar a oferecer seu assento em um ônibus para um homem branco, tendo sido presa por isso. O caso provocou a revolta dos negros do Alabama, nos EUA.

Nesse momento, mais de 50 lideranças negras se reuniram e iniciaram o movimento Boicote aos ônibus de Montgomery, que durou 381 dias, contra o segregacionismo em

transportes públicos que os negros sofriam. Mais de 40 mil negros usavam os ônibus para o deslocamento ao trabalho (Ferreira, 2018).

→ **Fonte:** FERREIRA, Ricardo Alexino. Rosa Parks deflagrou luta pelos direitos civis dos negros nos EUA. **Jornal da USP**, 08 mai. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/rosa-parks-deflagrou-luta-pelos-direitos-civis-dos-negros-nos-eua/#:~:text=Em%20primeiro%20de%20dezembro%20de,tendo%20sido%20presa%20por%20isso>. Acesso em: 20 mai. 2025.

→ **Análise:** O movimento de boicote aos ônibus de Montgomery reuniu ativistas negros da época para lutar contra a segregação racial presente nos Estados Unidos.

→ **Justificativa:** O evento com Rosa Parks marcou movimentos negros do mundo todo, tornando-a ícone da luta contra o racismo.

Dado: Das sete constituições que o Brasil teve desde 1824, a Carta Magna de 1988 foi a primeira a incluir o racismo como crime inafiançável, imprescritível e passível de pena. Entre os princípios fundamentais, a nova Constituição cita a promoção do bem de todos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A Constituição conhecida como cidadã também traz o combate ao racismo entre os princípios das relações internacionais do Brasil e destaca ainda “a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (Brito, 2018).

→ **Fonte:** BRITO, Débora. Negros ainda lutam por direitos básicos, 30 anos após Constituição. **Agência Brasil**, 13 mai. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/negros-ainda-lutam-por-direitos-basicos-30-anos-apos-constituicao#:~:text=Das%20sete%20constituições%20que%20o,imprescritível%20e%20passível%20de%20pena>. Acesso em: 21 mai. 2025.

→ **Análise:** A constituição brasileira de 1988 foi a primeira a incluir racismo como crime e reforçar que todo cidadão possui direitos iguais independente de origem, raça, sexo, cor ou idade.

→ **Justificativa:** Por mais que tenha acontecido tarde, mostra o avanço da pressão dos movimentos civis sobre o governo.

Dado: Revolta da Chibata (1910): Liderada por João Cândido, também conhecido como ‘Almirante Negro’, o levante foi organizado por marujos negros contra os castigos físicos, baixos salários e as péssimas condições de trabalho da época. Mesmo com a

escravidão abolida em 1888, práticas escravagistas continuavam violentando os negros como punições com chicote. Durante uma semana, exigiram o fim das ‘chibatas’ (UBES, 2020).

→ **Fonte:** UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES. A luta do povo negro não é de hoje! Conheça esses movimentos históricos do Brasil. **União Brasileira dos Estudantes**, [s. d.].

Disponível em:

<https://www.ubes.org.br/2020/a-luta-do-povo-negro-nao-e-de-hoje-conheca-esses-movimentos-historicos-do-brasil/#:~:text=O%20povo%20negro%20se%20uniu,revolta%20popular%20ocorrida%20na%20região>. Acesso em: 18 mai. 2025.

→ **Análise:** O dado apresenta um momento histórico marcante para o movimento negro no Brasil frente as denúncias dos marinheiros do tratamento cruel e racista ao qual estavam sujeitos na cadeia de comando da marinha.

→ **Justificativa:** O dado evidencia a força das pautas identitárias dentro das lutas sociais.

Relação com políticas de reconhecimento e justiça social.

Dado: Ao longo dos últimos 150 anos, as discussões sobre justiça social foram pautadas no paradigma da redistribuição. No entanto, atualmente, predomina um novo paradigma de justiça social, as políticas de reconhecimento. Aqui, o objetivo, em sua forma mais plausível, é um mundo favorável à diferença, onde a assimilação às normas culturais majoritárias ou dominantes não seja mais o preço do respeito igualitário. Por exemplo, reivindicações pelo reconhecimento das perspectivas distintas de minorias étnicas-raciais, sexuais e de gênero.

Essa substituição de paradigma é consequência do fim do comunismo, da ascensão da ideologia do livre mercado e, principalmente, do surgimento da política identitária. A combinação desses fatores foi responsável por extinguir as reivindicações por redistribuição igualitária, criando uma tendência em dissociar a cultura da economia política. Em alguns casos, essa dissociação se tornou uma polarização, de modo que redistribuição e reconhecimento e política de classe e política identitária são vistos como mutuamente excludentes (Fraser, 1998, tradução nossa).

→ **Fonte:** FRASER, Nancy. **Social justice in the age of identity politics**: redistribution, recognition, and participation. In: PETERSON, Grethe B. (ed.). *The Tanner Lectures on Human Values*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1998. v. 19, p. 1–67. Disponível em: <https://tannerlectures.org/wp-content/uploads/sites/105/2024/06/Fraser98.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

→ **Análise:** Este dado qualitativo revela a relação entre o surgimento das pautas identitárias e as políticas de reconhecimento como novo objetivo majoritário nas lutas por justiça social.

→ **Justificativa:** É importante que o podcast discuta o papel das pautas identitárias em alterar o paradigma da justiça social, da redistribuição para o reconhecimento.

Apropriação e distorção pelas extremas-direitas

- Como a extrema-direita passou a atacar essas pautas?

→ Referenciar o crescimento de movimentos reacionários pós-anos 2010.

Dado: Graças à facilitação do acesso a ferramentas como Facebook e Whatsapp, e da nossa atual inexperiência, que provavelmente diminuirá com o tempo, em lidar com informações falsas, os extremistas conseguiram prender algumas pessoas em um ciclo de mentiras interminável que se apodera das emoções e gera um grupo reacionário que investe seu tempo em páginas de comentários e grupos de Whatsapp, gerando assim um engajamento que se complementa com a criação de contas falsas. (...) O indivíduo preso na extrema direita sente que está em uma guerra, está sob constante ataque e precisa reagir, eliminar, destruir (Del Colle, 2024).

→ **Fonte:** DEL COLLE, Martel. O identitarismo está matando a esquerda? **Brasil de Fato**, 27 mar. 2024. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/colunista/martel-del-colle/2024/03/27/o-identitarismo-esta-matando-a-esquerda/>. Acesso em: 21 mai. 2025

→ **Análise:** As redes sociais se tornaram ferramentas da extrema direita para prender pessoas no ciclo de mentiras que os favorecem.

→ **Justificativa:** Esse engajamento aumenta a influência desses canais de comunicação da extrema direita na decisão eleitoral dos cidadãos no mundo.

Dado: Para Mounk, em nome de ideias e valores ‘centralmente preocupados com o papel que categorias de identidade como raça, gênero e orientação sexual desempenham no mundo’, uma parcela considerável da esquerda passou a desprezar — ou relegar a segundo plano — ‘valores universais e regras neutras, como liberdade de expressão e igualdade de oportunidades’, historicamente bandeiras do espectro esquerdista, ele argumenta. A isso, Mounk chama de ‘síntese identitária’, mas no Brasil é o que tem sido batizado, à esquerda, de

pauta identitária, e à direita, de ‘ideologia de gênero’, entre outros termos. [...] Segundo seu raciocínio, ao dominarem as discussões de políticas públicas ou tomarem instituições como universidades e a imprensa, a síntese identitária acaba por alienar uma boa parte da população, que se sente excluída ou confrontada pelos termos do debate. E aí ganha força eleitoral o outro lado da história, a que ele chama de ‘extrema direita populista’, citando figuras como Donald Trump ou Jair Bolsonaro (Sanches, 2023).

→ **Fonte:** SANCHES, Mariana. ‘Esquerda identitária e extrema direita populista são responsáveis por polarizar a sociedade’ diz cientista político Yascha Mounk. **BBC News Brasil**, 01 nov. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjk7kyg6ryyo>. Acesso em: 21 mai. 2025.

→ **Análise:** O dado traz uma reflexão popular a respeito da ascensão de movimentos reacionários em detrimento das pautas identitárias.

→ **Justificativa:** Poderia ser interessante adentrar essa discussão que fragmenta a esquerda a respeito dos movimentos identitários, porque muitos desse espectro político ridicularizam esses movimentos em conjunto com reacionários e os colocam como menos relevantes ou dissociados das lutas de classe.

Dado: O mundo viveu, na década de 2010, um período com uma lista extensa de revoltas e levantes. Os atos da praça Tahrir, no Egito, e a Primavera Árabe que se espalhou pelo Oriente Médio, as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e a revolta EuroMaidan, na Ucrânia, marcaram um período de extrema agitação política global.

Mas, segundo o jornalista estadunidense Vincent Bevins, há um ponto em comum em todas essas revoltas: nenhuma delas conseguiu seu objetivo inicial. Ou, ainda pior, seus manifestantes viram suas reivindicações iniciais capturadas por interesses ligados a setores de direita e extrema direita (Bernardes, 2010).

→ **Fonte:** BERNARDES, José Eduardo. Após efervescência frustrada da década de 2010, ‘mundo vive desgaste político’, diz jornalista Vincent Bevins. **Brasil de Fato**, 12 mar. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/podcast/brasil-de-fato-entrevista/2025/03/12/apos-efervescencia-frustrada-da-decada-de-2010-mundo-vive-desgaste-politico-diz-jornalista-vincent-bevins/>. Acesso em 19 mai. 2025.

→ **Análise:** O dado trás uma importante visão holística da conjuntura política dos anos 2010 que explicariam o processo de ascensão de movimentos reacionários “anti-identitários”.

→ **Justificativa:** Essa contextualização política é essencial para compreender porque esses movimentos ascenderam especialmente após 2010.

Tática de acusar as pautas de "doutrinação", "autoritarismo progressista" etc.

Dado: Acusando professores de doutrinação ideológica, em uma cruzada contra os debates de gênero, sexualidade, classe e raça nas escolas, o movimento Escola Sem Partido (ESP) ganhou relevância no campo da educação no Brasil a partir de 2014, período de acirramento da polarização e avanço do conservadorismo que tem marcado a política brasileira nos últimos anos. Na época, os irmãos Bolsonaro propuseram os primeiros projetos de lei com conteúdo de intimidação aos docentes que trabalhassem temas que "ferem a moral dos pais". Assim, a ideia foi ganhando volume, a despeito da completa inexperiência dos principais porta-vozes dos projetos em políticas educacionais.(...)

A argumentação do ESP(Escola sem Partido) parte da premissa de que há uma hegemonia de esquerda nas escolas e que esse norte ideológico é responsável pelas feridas na moral defendida pelo movimento. Sua ação mais contundente tem sido, nos últimos anos, o esforço para converter essa moralidade ao status de lei - objetivo que ganhou mais espaço com a ascensão política de discursos conservadores como os da família Bolsonaro, que por muito tempo teve como um dos seus "carros-chefe" a defesa das ideias do ESP. Suas propostas de lei têm sua redação focada em críticas a algumas temáticas presentes nos currículos, programas e livros didáticos, revista entre ideias, como gênero, sexualidade e raça, que segundo defensores da iniciativa, notadamente cristãos, são o foco principal dos problemas da educação brasileira. É válido ressaltar que essas críticas aos conteúdos curriculares não são acompanhadas, entretanto, de debates no âmbito pedagógico. É válido ressaltar que essas críticas aos conteúdos curriculares não são acompanhadas, entretanto, de debates no âmbito pedagógico.

Alguns exemplos disso são os projetos de lei (PL) de autoria de Flávio e Carlos Bolsonaro, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) (PL nº 2974/2014) e na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro (PL nº 867/2014) respectivamente, nos quais não é sequer citado o termo "currículo". Também políticos cristãos conservadores como o Pastor Erivelton Santana, Magno Malta, Bia Kicis, entre outros, propuseram projetos com redação muito semelhante, disponibilizados para cópia pelo próprio Escola sem Partido.

É possível encontrar uma síntese das opiniões do ESP na live publicada nas suas redes sociais em agosto de 2020, chamada "O Escola sem Partido e o STF - Live 2", na qual foi debatida

a ação do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou inconstitucional lei alagoana do ESP. No vídeo, Miguel Nagib - indicado no site como fundador do ESP - e convidados reforçam que o mote central do discurso é a ideia de **doutrinação ideológica de esquerda** e de ideologia de gênero. Segundo eles, crianças são incapazes de compreender esse assunto, que apontam ter um nível alto de complexidade.

→ **Fonte:** BARRETO, Bruna Amaral Lanzillotti. O mito da doutrinação ideológica nas escolas. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 19–48, set./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/download/50042/31242/231182>. Acesso em: 23 mai. 2025.

→ **Análise:** O dado qualitativo acima fala sobre o movimento de escola sem partidos e os projetos de lei formulados pela extrema-direita a ele associados.

→ **Justificativa:** Trata-se de um dos primeiros movimentos no Brasil a endereçar as pautas identitárias enquanto mecanismos de doutrinação e de uma suposta imposição de ideologias. A partir disso, acredito que o podcast poderia abordar essa tática de tornar as pautas identitárias em inimigos políticos.

Conceitos-chave

- Definição de “pautas identitárias” e por que são alvo.

Dado: O movimento identitário, ou identitarismo, nasce de grupos sociais formados por pessoas que compartilham aspectos da sua identidade e, logo, possuem interesses, perspectivas e demandas em comum. Trata-se da agrupação de pessoas com características similares, como orientação sexual, etnia, classe, nacionalidade, etc, que busca visibilizar suas dificuldades e lutar por seus direitos (Folter, 2022).

→ **Fonte:** FOLTER, Regiane. Identitarismo ou movimento identitário: o que é o seu impacto. **Politize**, 17 out. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/identitarismo/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

→ **Análise:** O identitarismo vem de um grupo que se identifica com características parecidas e que demandam algo semelhante.

→ **Justificativa:** A definição de “identitarismo” é importante para o entendimento dos movimentos sociais.

Dado: Nesse sentido, o discurso sobre o identitarismo é uma simplificação das complexas lutas de pessoas e grupos que experienciam opressões e desigualdades históricas. As lutas das mulheres, das pessoas negras, indígenas, quilombolas e LGBT são consideradas

identitárias, porque trazem para a cena pública demandas por reconhecimento e igualdade, a partir de seus pertencimentos de raça, etnicidade e gênero, por exemplo (Miraglia, 2022).

→ **Fonte:** MIRAGLIA, Paula. ‘Discurso sobre identitarismo é simplificador’. **Nexo Jornal**, 10 Jan. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2022/01/10/%E2%80%98Discurso-sobre-identitarismo-%C3%A9-simplificador%E2%80%9999>. Acesso em: 20 mai. 2025.

→ **Análise:** As lutas das minorias sociais são identitárias devido a necessidade de lutar por seus direitos a partir de seus pertencimentos de raça, etnicidade, gênero, sexualidade, etc.

→ **Justificativa:** Essas lutas trazem as demandas que são importantes para a vida digna dessas minorias.

- Termos usados pela extrema-direita: “ideologia de gênero”, “agenda woke”,

“lacreção”, entre outros

Dado: [...] ‘lacrar’ passou a remeter especialmente ao universo discursivo, significando algo como “apresentar argumentos irrefutáveis, encerrando uma discussão – sobretudo em debates de ambientes virtuais. O que era ‘deixar sem reação’ (contido por um laque, fecho) passa a ser ‘deixar sem resposta’.

[...] Como neologismos semânticos, ‘lacreção’ e seus cognatos surgem ideologicamente posicionados, uma vez que se associam a pautas que, na realidade brasileira, são majoritariamente incorporadas por grupos de esquerda. Em decorrência disso, a popularização desses vocábulos teve como um de seus efeitos a desqualificação dos próprios termos por seus antagonistas, posicionados à direita no debate público.

Em redes sociais, a expressão ‘só quer lacrar’ tornou-se frequente para refutar posicionamentos em defesa da igualdade e da diversidade. Como exemplo, citamos uma das críticas dirigidas ao ator Maicon Rodrigues, quando associou a menor projeção de cantoras negras ao racismo: ‘O caso dessa falsa militância é que o povo só quer ‘lacrar’ pra gerar *buzz* com nomes que estão na mídia’.

Nesses usos, o ato de ‘lacrar’ é entendido como um recurso discursivo voltado a atrair atenções, sem relações mais efetivas com a realidade. O ‘lacrador’ seria simplesmente alguém em busca de holofotes, *likes*, visibilidade. Desmerecer o próprio conceito de ‘lacreção’, portanto, passa a ser uma estratégia argumentativa *ad hominem* para interditar o

debate, já que os supostos ‘lacradores’ não seriam debatedores sinceros e respeitáveis (Braga, 2024).

→ **Fonte:** BRAGA, Henrique. “Lacração”: uma breve história de apogeu e queda. **Jornal da USP**, 12 Jun. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/lacracao-uma-breve-historia-de-apogeu-e-queda/>. Acesso em: 20 mai. 2025

→ **Análise:** O dado evidencia o processo de deturpação do significado da palavra “lacrar”. Antes, era parte do vocabulário da cena LGBTQIA+ e ao se popularizar na internet, foi transmutando de significado até passar a ser usada de forma pejorativa.

→ **Justificativa:** Importante para compreender o como os movimentos reacionários se apropriam de elementos que já existem e deturpam seus significados a fim de conquistar popularidade.

Dado: Enquanto a palavra se popularizou e passou a fazer parte da cultura da internet, graças em parte a hashtag *#staywoke*, seu uso mudou. Começou a significar possuir um olhar progressista sobre uma série de problemáticas, assim como em relação a raça. E começou a ser usada mais frequentemente para descrever o comportamento de pessoas brancas ativas nas redes sociais do que por ativistas negros, que criticavam os performativamente *woke* por estarem mais preocupados com sucesso na internet do que lutar por mudanças sistemáticas. [...] Assim que a palavra perdeu seu sentido inicial, passou a ter um outro significado como um insulto — um processo linguístico chamado pejorização. Ao se tornar um sinônimo de um ‘iluminamento liberal pretencioso’, deu abertura para ser ridicularizado. Foi redefinido para significar seguir uma ideologia intolerante e moralista. (Redação The Economist, 2021, tradução nossa).

→ **Fonte:** REDAÇÃO THE ECONOMIST. How has the meaning of the word “woke” evolved? **The Economist**, 30 jul. 2021. Disponível em: https://www.economist.com/the-economist-explains/2021/07/30/how-has-the-meaning-of-the-word-woke-evolved?utm_medium=cpc.adword.pd&utm_source=google&ppccampaignID=19495686130&ppcadID=&utm_campaign=a.22brand_pmax&utm_content=conversion.direct-response.anonymous&gclsrc=aw.ds&gad_source=1&gad_campaignid=19495464887&gbraid=0AAAAADBuq3KAFsFaY8HKMjhp2Jzeurua&gclid=Cj0KCQjwlrBBhDnARIsAHEQgOTeUVELDk05f30q77iwo0m94XzEkVBBBEvMiThPlazoxnoNKStL7hQaAhnHEALw_wcB. Acesso em: 18 mai. 2025.

→ **Análise:** O dado apresenta o processo de mudança de significado da palavra *woke* ao longo do tempo mediante sua popularização nas redes sociais.

→ **Justificativa:** Definição e processos importantes para entender o que é chamado de agenda *woke* hoje.

Dado: A ideologia de gênero é uma teoria antropológica que afirma que as pessoas não nascem homem ou mulher. Nascem capazes de ser o que quiserem. De acordo com eles, cada um é responsável por construir sua identidade, incluindo a escolha do gênero, independentemente do sexo biológico.

[...] Para os adeptos dessa teoria, quem nasce biologicamente menino, não é definido como homem, pois pode escolher ser mulher. E quem nasce biologicamente menina, não é definida como mulher, pois pode escolher ser homem. Homem e mulher são papéis sociais flexíveis e relativos à Ideologia de Gênero. São construções que a sociedade impôs às pessoas e não uma realidade fixa e imutável. De acordo com estas ideias, a biologia não determina nada, mas sim a decisão de cada um de ser o que preferir (Redação Brasil Paralelo, 2021).

→ **Fonte:** REDAÇÃO BRASIL PARALELO. O que é Ideologia de Gênero? Ser homem ou ser mulher, eis a questão. **Brasil Paralelo**, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/ideologia-de-genero>. Acesso em: 21 mai. 2025.

→ **Análise:** O dado apresenta uma definição de “ideologia de gênero” utilizada por movimentos reacionários alinhados com a extrema direita.

→ **Justificativa:** O dado é produzido por um veículo alinhado com a extrema direita brasileira, quase como uma “fonte primária” do que eles definem como ideologia de gênero. Assim, no podcast pode ser feita uma análise dessa definição.

Dado: Assistimos nos últimos anos à emergência de um discurso reacionário que, entre outras coisas, afirma haver uma conspiração mundial contra a família. Segundo ele, a escola tornou-se o espaço estratégico para a imposição de uma ideologia contrária à natureza humana: a ‘ideologia do gênero’. Engajados nessa agenda global, os professores, em vez de cumprirem o currículo, buscariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral de seus filhos para doutriná-los com ideias contrárias às convicções e aos valores da família. Para aniquilá-la por meio do cancelamento das diferenças naturais entre homens e mulheres, esses inimigos da família procurariam confundir as crianças, obrigando, por exemplo, os meninos a vestirem saias e a brincarem de bonecas, enquanto as meninas seriam instigadas a se livrarem de sua natural propensão a cuidar dos outros. Em um esforço de ‘erotização das crianças’ desde a mais tenra idade, alunos seriam estimulados a se interessarem por

masturbação, homossexualidade, transexualidade, prostituição, aborto, poligamia, pornografia, pedofilia, bestialismo etc (Junqueira, 2020).

→ **Fonte:** JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “Ideologia de Gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. **Campanha Nacional pelo direito à Educação**, 2020. Disponível em: <https://campanha.org.br/analises/rogerio-diniz-junqueira/a-ideologia-de-genero-existe-mas-nao-e-aquilo-que-voce-pensa-que-e/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

→ **Análise:** O dado demonstra o discurso reacionário da extrema direita a acusar professores de impor a “ideologia de gênero” aos alunos, alegando o ensinamento de ideias contrárias aos “valores da família tradicional”.

→ **Justificativa:** O dado mostra a visão da extrema direita sobre os currículos educacionais atuais.

Dado: A maioria dos estudiosos do tema concorda que o sintagma (a expressão) ‘ideologia de gênero’ é uma invenção católica que emergiu sob os designios do Pontifício Conselho para a Família e da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e o início dos 2000, no bojo da formulação de uma retórica antifeminista sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyła, o papa João Paulo II.

O pontificado do polonês foi marcado pela radicalização do discurso da Santa Sé sobre moralidade sexual. Ao fazer da heterossexualidade e da família heterossexual o centro de sua antropologia e de sua doutrina, o pontífice produziu uma teologia cujos postulados situam a heterossexualidade na origem da sociedade, e definem a *complementaridade* entre homens e mulheres no casamento como fundamento da harmonia social. A assim denominada Teologia do Corpo encontrou uma de suas mais nítidas formulações na *Carta às famílias (1994)* de João Paulo II, fornecendo fundamentos e parâmetros para a elaboração de uma retórica antifeminista que animaria a ofensiva anti gênero (Junqueira, 2020).

→ **Fonte:** JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “Ideologia de Gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. **Campanha Nacional pelo direito à Educação**, 2020. Disponível em: <https://campanha.org.br/analises/rogerio-diniz-junqueira/a-ideologia-de-genero-existe-mas-nao-e-aquilo-que-voce-pensa-que-e/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

→ **Análise:** O dado explicita como foi a construção do termo “ideologia de gênero” por conservadores e sua deturpação.

→ **Justificativa:** O dado deixa claro de onde vieram as ideias que fundamentam o uso pejorativo de “ideologia de gênero”, o que facilita a compreensão desse processo e da mobilização do termo pelos movimentos reacionários.

- A inversão discursiva: liberdade de expressão usada para legitimar ataques.

Dado: No Brasil, a liberdade de expressão, positivada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, IV, é direito fundamental da pessoa humana, de primeira dimensão, de suma importância para a redemocratização do país, após obscuros anos de ditadura civil-militar, onde esse direito de expressar pensamentos era cerceado das maneiras mais violentas imagináveis.

O discurso de ódio ocorre quando um indivíduo se utiliza de seu direito à liberdade de expressão para inferiorizar e discriminar outrem baseado em suas características, como sexo, etnia, orientação sexual, política, religiosas ou para invocar regimes autoritários e antidemocráticos. A exteriorização de pensamentos contra o próprio regime democrático, atacando instituições, assume uma das formas do discurso de ódio (De Oliveira, 2021).

→ **Fonte:** DE OLIVEIRA, Tânia Maria Saraiva. Liberdade de expressão X discurso de ódio: o debate inadiável. **Brasil de Fato**, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/tania-maria-saraiva-de-oliveira/2021/02/24/liberdade-de-expressao-x-discurso-de-odio-o-debate-inadiavel/>. Acesso em: 22 mai. 2025.

→ **Análise:** O dado revela a mobilização do direito constitucional da liberdade de expressão para justificar discursos de ódio.

→ **Justificativa:** Muitos grupos reacionários utilizam justamente dessa argumentação para justificar falas que se configuram como discurso de ódio, direcionados em sua maioria a minorias identitárias.

BLOCO 2 – COMO SE MANIFESTA NAS REDES SOCIAIS?

Cenário internacional e nacional

- Plataformas como campo de disputa simbólica e política.

→ **Twitter/X, YouTube, TikTok, Telegram: mudanças nas políticas de moderação.**

Dados: A nova política de moderação de conteúdo da Meta, empresa que possui o Instagram, Facebook e WhatsApp, passou a permitir conteúdos considerados criminosos pela

legislação brasileira, como expressões de preconceito religioso e de supremacia racial. Frases como “eu odeio negros” e “os brancos são melhores” agora são permitidas a circularem no Instagram e no Facebook.

A versão mais antiga da política de moderação da Meta proibia frases de ódio e discriminação a certos grupos minoritários, como: “eu odeio”, “eu desprezo”, “eu não respeito”, “eu não gosto” e “eu não suporto”. No entanto, essas frases foram suprimidas do novo texto, que agora só proíbe frases que indicam nojo ou repulsa, como as que contêm a construção de “me dá vontade de vomitar”.

→ **Fonte:** LOBATO, Gisele. Meta autoriza conteúdos criminosos em novo manual interno de moderação. **Aos Fatos.** 21 jan. 2025. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/meta-autoriza-conteudos-criminosos-manual-interno-de-moderacao/>. Acesso em: 19 maio. 2025.

→ **Análise:** Os dados mostram que a Meta afrouxou suas regras e agora permite discursos ofensivos antes proibidos, como falas racistas. Isso reflete uma mudança nas plataformas que, em nome da “liberdade de expressão”, estão permitindo mais discursos de ódio circularem livremente.

→ **Justificativa:** Esses dados foram escolhidos porque mostram como a ideia de liberdade de expressão está sendo usada para justificar mudanças perigosas nas políticas das redes sociais, que acabam abrindo espaço para a intolerância e a discriminação.

Dado: A Meta realizou, em janeiro de 2025, uma série de mudanças na sua política de moderação de comportamento, onde o programa de checagem de fatos da empresa foi suspenso, com o objetivo de permitir uma “maior liberdade de expressão ao diminuir as restrições”. Essa alteração possibilita a publicação de uma vasta variação de comentários preconceituosos sobre raça, nacionalidade, grupos étnicos, orientação sexual e identidade de gênero. **Exemplos de discursos que passaram a ser permitidos são: “Os imigrantes são uma merda imunda e asquerosa”, “Os gays são uma aberração” e “Olha esse traveco (sob a foto de uma garota de 17 anos)”.**

→ **Fonte:** BIDDLE, Sam. Novas Regras da Meta permitem chamar gays de “aberrações” e imigrantes de “imundos”. **Intercept Brasil.** 10 jan. 2025. Disponível em:

<https://www.intercept.com.br/2025/01/10/novas-regras-da-meta-permitem-chamar-gays-de-aberracoes-e-imigrantes-de-imundos/>. Acesso em: 19 maio. 2025.

→ **Análise:** A decisão da Meta de suspender seu programa de checagem de fatos em 2025 mostra como a empresa está enfraquecendo suas políticas de moderação, permitindo discursos preconceituosos que antes seriam barrados. Isso se alinha a uma tendência das plataformas de reduzir o controle de conteúdo sob o pretexto de garantir “mais liberdade de expressão”, mesmo que isso aumente a presença de discursos de ódio.

→ **Justificativa:** Esses dados mostram como mudanças nas regras das redes sociais podem aumentar a circulação de discursos de ódio, evidenciando os riscos de flexibilizar a moderação com base na ideia de liberdade irrestrita.

Dado: O Núcleo Jornalismo e a Revista Azmina realizaram um monitoramento de dois meses no TikTok, criando dois perfis fictícios: João, nascido em 2009, e Kaio, nascido em 2010, e perceberam como o algoritmo expõe meninos a discursos conservadores e conteúdos misóginos. **Eles relataram uma extrema facilidade de busca e recomendações sobre conteúdos que exaltam a “masculinidade” e diminuem mulheres, as tratando como submissas e mais sensíveis, influenciando discursos misóginos.** Com isso, **apesar das proteções declaradas pelo TikTok, como a configuração privada para perfis de pessoas menores de 16 anos, o monitoramento feito por eles revelou falhas na política de segurança da plataforma.** Por exemplo, eles conseguiram remover a função de “perfil privado” sem muita dificuldade. Outro ponto questionável é a possibilidade do acesso ao aplicativo sem fazer um cadastro, pois isso aumenta o risco à proteção digital de menores de 18 anos.

→ **Fonte:** SANTOS, Flávia. SCHURIG, Sofia. Como o TikTok alimenta a misoginia entre adolescentes brasileiros. **Núcleo Jornalismo.** 03. abr. 2025. Disponível em: <https://nucleo.jor.br/reportagem/2025-04-03-tiktok-misoginia-adolescentes/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

→ **Análise:** O monitoramento mostrou que, mesmo com regras de proteção para menores, o TikTok ainda expõe crianças e adolescentes a conteúdos conservadores e misóginos com facilidade. Isso revela falhas nas políticas de moderação e segurança da plataforma, que, na prática, permitem a circulação de discursos problemáticos sob pouca vigilância.

→ **Justificativa:** Esses dados foram escolhidos porque mostram como a falta de controle nas redes sociais contribui para a normalização de discursos de ódio, especialmente entre os mais jovens, mesmo quando há políticas de proteção declaradas.

→ **A “liberdade irrestrita” como discurso estratégico para desinformação.**

Dado: Nos Estados Unidos, Republicanos e Democratas agiram de modo persistente para impedir que estudantes universitários protestassem contra o genocídio em Gaza. Segundo um levantamento da ONG Access Now, divulgado pela Al Jazeera, plataformas como Facebook, Instagram e TikTok, frequentemente exaltadas como defensoras da liberdade de expressão, adotaram medidas que resultaram no silenciamento de vozes palestinas durante o conflito. Nenhum dos grandes empresários da mídia digital se manifestou em defesa da liberdade de expressão nesse contexto.

→ **Fonte:** VIANA, Natalia. Liberdade de expressão uma ova. **Agência Pública**. 04 fev. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/02/liberdade-de-expressao-uma-ova/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

→ **Análise:** Esse dado mostra que, apesar das plataformas de redes sociais propagarem o princípio da liberdade irrestrita, as mesmas adotaram medidas de silenciamento de vozes palestinas durante o conflito em Gaza, já que a política estadunidense, tanto por parte dos democratas quanto dos republicanos, reprimiram muitos tipos de manifestações de apoio à causa da Palestina, principalmente entre jovens universitários.

→ **Justificativa:** Escolhemos porque revela a contradição entre o discurso de liberdade de expressão e a prática opressiva usada quando convém.

Dado: Elon Musk, um dos principais defensores da “liberdade de expressão” nos Estados Unidos, tem se beneficiado de alterações no algoritmo do X (antigo Twitter), que passaram a favorecer suas publicações, que majoritariamente, estão alinhadas com a extrema direita estadunidense, mostrando-as com prioridade até mesmo para usuários que não o seguem. Em contrapartida, em janeiro de 2024, jornalistas norte-americanos que o criticaram tiveram suas contas suspensas sem explicação, sendo restauradas apenas após repercussão pública.

→ **Fonte:** VIANA, Natalia. Liberdade de expressão uma ova. **Agência Pública**. 04 fev. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/02/liberdade-de-expressao-uma-ova/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

→ **Análise:** Esse dado mostra como a rede social X, comprada por Elon Musk, atua na disseminação de ideias enviesadas e que amplificam a desinformação, em nome da liberdade irrestrita.

→**Justificativa:** Manifesta as alterações de algoritmos do X para ampliar as ideias de Elon Musk, que são alinhadas com a extrema direita estadunidense.

Dado: Um estudo conduzido por pesquisadores holandeses, publicado pelo The Guardian, abrangendo 26 países, revelou que **políticos de extrema-direita são os principais disseminadores de desinformação nas redes sociais**. A pesquisa analisou milhões de tweets de parlamentares de diversas orientações políticas ao longo de cinco anos, atribuindo uma "pontuação de veracidade" com base nos links compartilhados. Os resultados indicaram que **o populismo de extrema-direita é o fator mais determinante na propagação de informações falsas**, enquanto políticos de centro-direita, centro-esquerda e extrema-esquerda não apresentaram a mesma tendência. **Os autores também destacaram a dificuldade em acessar dados da plataforma X (antigo Twitter)**, após mudanças na política de acesso implementadas por Elon Musk, o que limitou a abrangência da análise.

→ **Fonte:** Um estudo em 26 países indica que os políticos de extrema-direita são os que mais espalham mentiras. **Instituto Humanitas UNISINOS**. 02 abr. 2025. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/650232-um-estudo-em-26-paises-indica-que-os-politicos-de-extr-ema-direita-sao-os-que-mais-espalham-mentiras>. Acesso em: 20 maio. 2025.

→**Análise:** Esse estudo relata como políticos de extrema-direita de diversos países utilizam-se de desinformações para se auto promoverem.

→**Justificativa:** Escolhemos esse dado pois ele demonstra que a pauta da “liberdade irrestrita”, muitas vezes é só uma forma de legitimar a desinformação e enfraquecer democracias.

● Campanhas de desinformação e hostilidade

→Campanhas contra a Lei de Cotas

Dado: A lei de cotas, que visa garantir vagas em universidades e empregos para grupos de baixa renda, grupos étnicos raciais e pessoas com deficiência , frequentemente são vítimas de ações organizadas de desinformação. Esses ataques utilizam narrativas falsas ou distorcidas para questionar a legitimidade da política, influenciar a opinião pública e grupos sociais.

Essas campanhas usam as dinâmicas das redes sociais para amplificar a desinformação: vídeos curtos, memes fáceis de compartilhar. Plataformas como TikTok, X, YouTube e Telegram são frequentemente usadas porque permitem rápida viralização.

→ **Fontes:** BORGES, Alex Rodrigues; SANTOS, Rodolpho Gauthier C. dos. Cotas fatos e fakes sim. Entendendo o sistema de cotas do IFMG 2023. pg. 17-22. (Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/pontenova/noticias/CotasfatooufakeEntendendoosistemadecotasdoIFMG.pdf>) Acesso em: 19 maio de 2025.

→ **Análise:** Esse dado mostra como circula a desinformação relacionada à lei de cotas nas universidades no Brasil.

→ **Justificativa:** Um meio de alertar a população de como essas pessoas agem com o intuito de espalhar desinformação.

Ataques à Linguagem Neutra e Inclusiva:

Dado: Outro alvo comum são as iniciativas para promover a linguagem neutra de gênero, que busca tornar o discurso mais inclusivo para pessoas não-binárias e transgêneras. Campanhas contra essa pauta ligam-a um suposto “exagero ideológico” ou “ameaça à língua tradicional”, mobilizando ataques nas redes com discursos de ódio e memes que ridicularizam o tema.

A linguagem neutra de gênero é alvo de discursos intolerantes e preconceituosos nas redes sociais. O trabalho abaixo apresenta como as campanhas de desinformação distorcem seu significado, associando-a a ideologias ou ameaças morais, e assim reforçam estigmas contra a comunidade LGBTQIA +. Esses ataques dificultam a implementação de políticas públicas de inclusão e revelam como o ambiente digital tem sido usado para mobilizar preconceitos e deslegitimar avanços sociais.

→ **Fonte:** BBC NEWS BRASIL. Como a disputa sobre a linguagem neutra virou guerra cultural no Brasil. **BBC News Brasil**, 7 jul. 2023. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw4v4dnm09lo>. Acesso em: 19 maio de 2025

FERNANDES, Júlio César Vieira. Resistência a linguagem neutra: Preconceito e Intolerância. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://adelfa-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/e9605b41-b449-4d0c-b8f1-26d4aeac36ad/content>. Acesso em: 19 maio de 2025

→ **Análise:** É basicamente a mesma da anterior, esse artigo tem como objetivo mostrar como funcionam os discursos de desinformação.

→ **Justificativa:** Como se espalham as campanhas de desinformação.

● **Exposição midiática e cyberbullying contra ativistas e figuras públicas ligadas à diversidade.**

Dado: O artigo da Global Voices relata como comunicadores e ativistas das periferias brasileiras enfrentam ataques virtuais frequentes, incluindo xingamentos, ameaças e tentativas de invasão de contas. Esses ataques visam silenciar vozes de grupos minoritários, como pessoas negras, mulheres e LGBTQIAPN+, especialmente aquelas engajadas em causas sociais.

Uma pesquisa realizada pela Agência Mural em parceria com a ONG Artigo 19 entrevistou 82 comunicadores, principalmente da Grande São Paulo. Mais da metade (54%) relataram ter recebido ameaças ou intimidações online, e 46% sofreram tentativas de invasão em suas redes sociais. Esses ataques têm como objetivo minar a liberdade de expressão e marginalizar ainda mais as vozes periféricas, tornando o ambiente digital hostil para esses comunicadores.

→ **Fonte:** AGÊNCIAMURAL. Brasil: Comunicadores e ativistas periféricos relatam ataques virtuais e como tentam se proteger. **Agência Mural**, 13 out. 2023. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2023/10/13/brasil-comunicadores-e-ativistas-perifericos-relatam-ataques-virtuais-e-como-tentam-se-proteger/>. Acesso em: 19 maio de 2025.

→ **Análise:** Trouxe esse trabalho para ajudar a analisar como as pessoas agem na internet com o objetivo de praticar diversas ações preconceituosas.

→ **Justificativa:** Mostrar como funciona os ataques na internet.

Dado: Em 5 de agosto de 2022, a streamer e ativista trans Clara Sorrenti foi presa sob a mira de armas em sua casa no Canadá após ser vítima de uma falsa denúncia feita por trolls anti-trans. Eles alegaram que ela havia matado a mãe e planejava um ataque a tiros, o que levou a polícia a agir com violência. Esse tipo de ataque é conhecido como *swatting*, uma prática criminosa em que se faz uma falsa denúncia de emergência para provocar a intervenção da SWAT, colocando a vida da vítima em risco.

→ **Fonte:** JEPPESEN, Sandra. Ativistas interseccionais em risco online e offline. Fast Company Brasil, 29 ago 2022. Disponível em: <https://fastcompanybrasil.com/tech/ativistas-interseccionais-em-risco-online-e-offline/>. Acesso em: 20 maio de 2025.

→ **Análise:** Esse artigo conta como certos grupos agem através das redes sociais a fim de cometer crimes virtuais.

→ **Justificativa:** Alertar como funcionam algumas práticas de cyberbullying.

Uso de bots, fake news e memes como instrumentos de mobilização política:

Dado: O fenômeno da fake news se tornou mais amplo durante o período da pandemia do COVID-19, no Brasil, principalmente entre as redes sociais como o Twitter e o Instagram. O trabalho abaixo analisa memes e comentários como formas de expressão crítica.

A pesquisa identificou temas como banalização da pandemia, tratamentos sem comprovação, uso de bots, movimentos antivacina e o papel das redes na amplificação dessas narrativas. Ao final desse artigo, chegasse a conclusão que é urgente pensar numa educação na rede que combata a desinformação, promova a checagem de fatos e valorize estratégias como o uso de memes e hashtags no ciberativismo político.

→ **Fonte:** TEIXEIRA, Marcelle Medeiros. Na pandemia, nem tudo que reluz é ouro: discutindo fake news e o fenômeno da pós-verdade em tempos no Brasil. **Universidade do estado do Rio de Janeiro**, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/17888>. Acesso em: 19 maio de 2025.

→ **Análise:** O artigo nos alerta como o número de fake news depois da pandemia do COVID-19 aumentou, assim como grupos extremistas.

→ **Justificativa:** É uma maneira de exemplificar como as fake news estão espalhadas pelas redes sociais, principalmente em forma de comunidades, memes e ações semelhantes.

BLOCO 3 - Por que isso é um problema grave no Brasil?

- **Vulnerabilidades Estruturais**

A) Herança colonial, desigualdade racial, machismo estrutural e LGBTfobia como base.

Dado: A desigualdade racial no Brasil está relacionada às características do processo de desenvolvimento do país, que produziu significativas clivagens ao longo da história. Essa desigualdade se manifesta em uma miríade de aspectos da vida social, como mercado de trabalho, distribuição de renda, educação, violência e representação política. Alguns dados quantitativos relevantes sobre cada um desses temas são:

Quanto ao mercado de trabalho, **apesar de representar a maior parte da força de trabalho brasileira (54,9%), apenas 29,5% dos cargos gerenciais são ocupados por pessoas pretas ou pardas** (IBGE, 2024).

Quanto à distribuição de renda, a proporção de pessoas pretas ou pardas com rendimento inferior às linhas de pobreza propostas pelo banco mundial é maior que o dobro da proporção verificada entre pessoas brancas. Considerando a linha de US\$5,50 diários, **38,4% das pessoas pardas e 34,5% das pessoas pretas têm renda inferior a esse valor em comparação a 18,6% das pessoas brancas**. Considerando a linha de US\$1,90 diários, **11,4% das pessoas pardas e 9% das pessoas pretas estão abaixo desse patamar em comparação a 5% das pessoas brancas** (IBGE, 2024).

Quanto à educação, **7,1% das pessoas pretas e pardas com mais de 15 anos são analfabetas, enquanto esse número é de 3,2% entre pessoas brancas** (IBGE, 2024).

Quanto à violência, **a taxa de homicídio por 100 mil pessoas é de 34,1 entre pessoas pretas, 21,9 entre pessoas pardas e 11,5 entre pessoas brancas** (IBGE, 2024).

Quanto à representação política, **dos candidatos a prefeito que tiveram uma receita de campanha acima de um milhão de reais, 67,5% são brancos, 25,7% são pardos e 6,8% são pretos** (IBGE, 2024).

→ **Fonte:** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Painel Cor ou Raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/painel-cor-ou-raca/>. Acesso em: 17 maio 2025.

→ **Análise:** Esse conjunto de dados revela a desigualdade racial estrutural no Brasil.

→ **Justificativa:** Explicitar a magnitude da desigualdade racial no Brasil por meio desses dados é importante para um podcast sobre pautas identitárias.

Dado: Alguns dados quantitativos que revelam o machismo estrutural no Brasil: Quanto ao mercado de trabalho, **a razão de rendimento entre mulheres e homens é de 78%. Isso significa que as mulheres recebem, em média, 22% a menos do que os homens no Brasil**. Essa desigualdade também se manifesta em **cargos gerenciais, com apenas 39,3% deles ocupados por mulheres**. Além disso, **as mulheres dedicam mais tempo para**

o trabalho doméstico não remunerado do que os homens, com uma média semanal de 21,3 horas pelas mulheres em comparação a 11,7 horas pelos homens (IBGE, 2021).

Quanto à representação política, **a proporção de parlamentares mulheres em exercício é de apenas 17,9%**, colocando o Brasil na 133ª posição global desse indicador (IBGE, 2021).

Quanto à violência, **6% das mulheres brasileiras com mais de 18 anos já sofreram algum tipo de violência por um parceiro íntimo. Ademais, a taxa de homicídios dolosos contra mulheres é de 3,5 a cada 100 mil mulheres (IBGE, 2021).**

→ **Fonte:** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informativo estatístico:** indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

→ **Análise:** Esse conjunto de dados revela o machismo estrutural no Brasil

→ **Justificativa:** Evidenciar o tamanho da desigualdade de gênero no Brasil por meio desses dados é importante para um podcast sobre pautas identitárias.

Dado: O Brasil foi palco de **257 mortes violentas motivadas por LGBTfobia em 2023**. Isso faz do Brasil o país onde mais se assassinam pessoas da comunidade LGBTQ+ no mundo. Vale ressaltar que, das 257 mortes, 49,4% são travestis ou transgêneros, 45,9% são gays, 3,5% são lésbicas e 1,2% são bissexuais (Grupo Gay da Bahia, 2023).

→ **Fonte:** GRUPO GAY DA BAHIA. **Observatório de mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2023**. Salvador: GGB, 2024. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.

→ **Análise:** Esse dado sobre a violência contra pessoas da comunidade LGBTQ+ revela a LGBTfobia no Brasil.

→ **Justificativa:** Mostrar que o Brasil é o país que mais mata pessoas da comunidade LGBTQ+ no mundo é relevante para um podcast sobre pautas identitárias.

B) Baixa regulação das plataformas no país e impacto desigual do discurso de ódio

Dado: A PL 2630, conhecida como PL das Fake News, proposta pelo Ministro Flávio Dino, foi a primeira tentativa de regular a circulação de desinformação e discurso de ódio nas redes sociais no Brasil. Esse projeto de lei foi aprovado no Senado Federal em 2020, mas os esforços lobistas das Big Techs foram capazes de retardar a sua tramitação no Congresso Federal até o presente momento. Empresas como Google, Meta e Spotify veicularam anúncios contra a PL 2630 de forma opaca e burlando seus próprios termos de uso às

vésperas da votação sobre esse projeto para tentar impactar a opinião pública e o voto dos parlamentares. Por exemplo, o Google veiculou anúncios contra a PL das Fake News sem classificá-los como temas políticos e sociais, permitindo que esses anúncios não passassem pelo escrutínio que a plataforma aplica para publicidades políticas, como a obrigatoriedade de informações de transparência. Além disso, o Google apresenta resultados enviesados na sua plataforma de busca para os usuários que pesquisam sobre esse projeto de lei, insinuando que as buscas são pelo nome “PL da Censura”, nome tipicamente usado pela oposição. Com isso, as Big Techs conseguem manter a assimetria regulatória que existe no mercado das redes sociais no Brasil, assegurando suas vantagens competitivas frente aos outros meios de comunicação (Netlab, 2023).

→ **Fonte:** LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA INTERNET E MÍDIAS DIGITAIS (Netlab). **A guerra das plataformas contra o PL 2630.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/a-guerra-das-plataformas-contr-o-pl-2630>. Acesso em: 19 maio 2025.

→ **Análise:** Esse dado qualitativo revela como as Big Techs burlaram suas próprias normas de publicidade para promover uma campanha contra a PL das Fake News, visando manter o baixo nível de regulação das redes sociais no Brasil.

→ **Justificativa:** Mostrar o lobby das Big Techs para manter a baixa regulação no Brasil é importante para o podcast

Dado: Uma pesquisa feita pelo DataSenado revela um consenso robusto sobre a necessidade de responsabilização das redes sociais. **Uma ampla maioria dos brasileiros (81%) acredita que essas plataformas devem ser responsáveis por impedir a divulgação de notícias falsas**, uma opinião que é praticamente unânime em todos os estados, com exceção de Santa Catarina, onde a concordância é um pouco menor (73%) (Brasil, 2024).

→ **Fonte:** BRASIL. Senado Federal. Instituto DataSenado. **Notícias falsas e democracia:** percepção da população brasileira. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/660051>. Acesso em: 19 maio 2025.

→ **Análise:** Esse dado quantitativo mostra que, apesar do PL 2630 ainda não ter sido aprovado, a ampla maioria da população brasileira é favorável à regulação das redes sociais quanto à disseminação de desinformação.

→ **Justificativa:** É importante que o podcast mostre o descompasso que existe entre o lobby das Big Techs para manter a desregulamentação e a opinião da população brasileira.

Dado: De acordo com a antropóloga Adriana Abreu Dias, **há uma postagem em português no Twitter/X contra negros, pessoas com deficiência e LGBTs a cada 8 segundos** (Dias, 2018).

→ **Fonte:** DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Observando o ódio** : entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane. Campinas, SP : [s.n.], 2018. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1060866>. Acesso em: 19 maio 2025.

→ **Análise:** Esse dado quantitativo revela como o discurso de ódio têm um impacto desigual, concentrando-se contra pessoas negras, pessoas com deficiência e pessoas da comunidade LGBT+.

→ **Justificativa:** É importante que um podcast sobre pautas identitárias tenha dados que revelem como os discursos de ódio incidem mais frequentemente sobre esses grupos marginalizados.

- **Instrumentalização política e eleitoral**

A) Como esses ataques alimentam campanhas políticas e projetos legislativos anti-direitos

Dado: De acordo com um levantamento feito pela Observatória, plataforma de acompanhamento legislativo da agência Diadorim, a linguagem neutra é o principal alvo dos projetos de lei anti-LGTB+ apresentados no poder legislativo. **Desde 2019, foram propostos 80 projetos de lei que visam proibir a linguagem neutra, sendo que, atualmente, 27 desses projetos tramitam na Câmara dos Deputados e dois no Senado no Federal** (Diadorim, 2023). Todos esses projetos de lei têm o objetivo de proibir o uso da linguagem neutra na educação e em órgãos públicos.

→ **Fonte:** DIADORIM. **Observatória:** Monitor de PLs LGBTQIA +. Disponível em: <https://observatoria.org/>. Acesso em: 19 maio 2025.

→ **Análise:** Esse dado quantitativo revela a força dos projetos de lei anti-direitos no poder legislativo brasileiro, por meio do exemplo da linguagem neutra.

→ **Justificativa:** É importante que o podcast mostre que os direitos básicos conquistados por grupos marginalizados, como os LGBT+, estão sob ataque no meio político brasileiro.

B) O papel das redes na radicalização dos discursos e no enfraquecimento da democracia

Dado: Durante o Governo Bolsonaro, foi criado um núcleo ideológico dentro do Palácio do Planalto que se autodenominava “Gabinete do Ódio”, sob o comando do vereador Carlos Bolsonaro. Essa milícia digital era responsável pela manutenção das redes sociais oficiais da Presidência da República e pelo planejamento de campanhas digitais do governo federal. Dentre as atividades do gabinete, destaca-se a criação de empresas especializadas na disseminação de Fake News, por meio do encaminhamento automático de mensagens falsas em canais de comunicação como o WhatsApp. Nota-se que um dos principais alvos da desinformação e da disseminação de ódio por parte desse grupo foi a pandemia do Covid-19, de modo que foram circuladas mensagens que atacavam as recomendações oficiais da Organização Mundial da Saúde e nomeavam a doença como “vírus chinês” (Xavier, 2020).

→ **Fonte:** XAVIER, Uribam. **Gabinete do ódio – o Grande Irmão**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, 2020. Disponível em: <https://cienciassociais.ufc.br/wp-content/uploads/2020/05/gabinete-do-odio.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

→ **Análise:** Esse dado qualitativo sobre o “Gabinete do Ódio” revela como o Governo Bolsonaro se utilizou das redes sociais para radicalizar o discurso político dos seus apoiadores e enfraquecer instituições democráticas.

→ **Justificativa:** É relevante que o podcast mostre como a radicalização de discursos e o enfraquecimento da democracia nas redes sociais pode partir do próprio governo, visando avançar seus objetivos políticos.

Dado: As redes sociais permitem que discursos de ódio e extremismo se conectem e se disseminem rapidamente, alcançando um público muito além dos pequenos nichos em que elas são originalmente gestadas. Essa amplificação facilita a radicalização de indivíduos e grupos, intensificando divisões sociais e políticas no mundo offline. Isso se explica por meio de dois conceitos característicos do funcionamento das mídias sociais: a Câmara de Eco e os Filtros-Bolha.

Câmaras de Eco são ambientes em que o usuário encontra apenas informações e opiniões que reforçam suas próprias crenças, sem exposição a pontos de vista divergentes. Assim, esse isolacionismo ideológico oferece uma validação constante de discursos de ódio e ideias extremistas, pois os indivíduos estão imersos em uma circulação de conteúdos que validam e radicalizam seus discursos (Kalil; Cesarino, 2024).

Filtro-Bolha refere-se a forma como os algoritmos das redes sociais personalizam o conteúdo exibido ao usuário com base no seu comportamento e no comportamento de outros

usuários que demonstram padrões parecidos, formando bolhas de informação que podem reforçar convicções radicais e preconceitos. Ao limitar a circulação de informações diversas e contrárias na interface do usuário, os filtros-bolha criam ambientes onde discursos de ódio e extremismos podem se propagar sem contestação ou punição (Kalil; Cesarino, 2024).

→ **Fonte:** KALIL, Isabela; CESARINO, Letícia. **Como o discurso de ódio e o extremismo se propagam online**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024. Disponível em: <https://odioouopiniao.mdh.gov.br/como-o-discurso-de-odio-e-o-extremismo-se-propagam-online/>. Acesso em: 20 maio 2025.

→ **Análise:** Os conceitos de Câmara de Eco e Filtro-Bolha são essenciais para o entendimento de como as redes sociais radicalizam discursos de ódio.

→ **Justificativa:** É importante que o podcast utilize esses conceitos para explicar como as redes sociais radicalizam discursos de ódio

Propostas e Soluções possíveis:

Os dados a seguir, foram extraídos da tese de doutorado: “A regulação de desinformação a partir de iniciativas legislativas no Brasil: Uma análise do PL 2630/2020”. No segundo capítulo, a autora aborda propostas para combater a desinformação que entendo serem essenciais enquanto propostas para combater o processo de transformação de pautas identitárias em alvos políticos. Suas propostas estão divididas em 3 categorias, 5 caminhos e 7 atores possíveis. Os dados estão divididos segundo a mesma lógica. Segue a tabela para referência:

Quadro 2. Respostas contra desinformação e atores vinculados.

Categoria	Caminhos	Atores
Prevenção	Letramento midiático	Educação
	Letramento jornalístico	
	Letramento científico	
Contestação	<i>Fact-checking</i>	Jornalismo
Regulação	Autorregulação	Plataformas
	Ações judiciais	Judiciário
	Autorregulação regulada	Estado

Fonte: autora

1. Prevenção:

- Uma proposta viável seria a prevenção por meio do letramento midiático.

Dado: “Em estudo de 2021 a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico(OCDE) destaca como está acontecendo o desenvolvimento de estudantes de 15 anos em relação ao mundo digital, trazendo também a educação midiática como necessidade entre este público. O relatório Leitores do Século 21: desenvolvendo habilidades de Alfabetização em um mundo digital foi baseado nos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) de diversos países e traz considerações importantes, das quais destacamos brevemente duas.

A primeira destaca a capacidade ou não de distinção entre fato e opinião. **A média dos países da OCDE vai a menos de 50 por cento (47,4%)** e apenas em sete países há um alcance de mais de 60% de distinção. **O Brasil apresenta o percentual de 32,7%, portanto são 67,3% de jovens brasileiros de 15 anos que, segundo estudo da OCDE, não conseguem distinguir entre fato e opinião.”**

→ **Análise:** O dado revela que nessa faixa etária existe um déficit interpretativo que pode levar à crença em informações falsas.

→ **Justificativa:** Acho que o podcast poderia falar da relevância de políticas de letramento midiático digital ao apontar como a falta de políticas nesse sentido permitiram que se desenvolvesse uma deficiência interpretativa que deixa uma parcela da população vulnerável a discursos de extrema-direita, os quais distorcem a visão popular sobre as pautas identitárias.

Dado: “A segunda é haver um crescimento na adoção de medidas preventivas em todo o mundo em relação à desinformação, tendo como ponto de partida a educação. Fator explicitado no mesmo estudo, onde em média, **63% dos estudantes relataram treinamento na escola para reconhecer informação tendenciosa**. Essa tendência apareceu mais acentuadamente em países específicos como Dinamarca (90,4%), Estados Unidos (87,5%), Austrália (83,7%), Canadá (78,7%) e Chile (65,2%). Contudo, surge em números reduzidos em contextos como Israel (58,4), e Suíça (59,7), indo a 39,5% na Polônia (OCDE, 2021). Nessa abordagem, o Brasil, não membro da OCDE, apresentou índice de 52%.”

→ **Análise:** O dado acima mostra como há uma tendência mundial em investir em propostas que combatam a desinformação .

→ **Justificativa:** Acredito que reforça a urgência de tomar medidas para conter a desinformação e prese

- Outra proposta aborda um eventual letramento científico

Dado: “O reconhecimento de uma crise de confiança em relação à ciência tem sido demonstrado pelo Índice Anual do Estado da Ciência em pesquisa realizada pela 3M desde 2018, ou seja, no auge de discussões sobre desinformação em termos mundiais. Tomamos em referência pesquisa de 2022 para demonstrar a relação da redução da confiança na ciência e desinformação.

A pesquisa da 3M demonstrou **índices significativos de ceticismo em relação à ciência que alcançaram a casa dos 30% em 2019 e 2020**, ainda que tenham reduzido posteriormente. Também trazem luz sob um aspecto relevante sobre a ciência, qual seja a dificuldade de entendimento sobre dados científicos", sobretudo quanto à linguagem apresentada. Tal percepção lança luz sobre temas como divulgação científica e letramento científico para além de um público em idade escolar, foco de muita literatura nacional e internacional e também de programas educacionais como disposto na Base Nacional Comum

curricular (BNCC) cujo caráter normativo estabelece o letramento científico como parte do quadro de desenvolvimento de alunos no Ensino Fundamental Brasileiro.”

→ **Análise:** O dado quantitativo em questão mostra o elevado grau de ceticismo em relação à ciência

→ **Justificativa:** Ao discorrer sobre o ataque às pautas identitárias, é relevante tratar a crescente descrença na ciência e sobre como uma eventual reforma educacional que vise revalorizar o saber científico.

Dado: “Internacionalmente, além de incentivo de organismos como UNESCO via alfabetização midiática e informacional (AMI) e OCDE, há experiências na Finlândia onde a literacia midiática está incluída na educação desde o ensino básico, sendo parte do currículo escolar no país desde 2016, incluindo o pensamento crítico sobre desinformação. Como resultado, segundo pesquisa do instituto Open SocietyS, o país europeu vem sendo destaque como um dos mais resilientes a informações falsas desde 2018, indicando confiar nas instituições do país, incluindo a ciência.”

→ **Análise:** O dado qualitativo acima traz exemplos palpáveis sobre como enfrentar essa onda de desinformação.

→ **Justificativa:** Acho que pode ser interessante trazer um exemplo concreto para propor soluções de como endereçar o problema no Podcast.

2. Fact-Checking

Definição da autora:

“Dentre os mecanismos de combate à desinformação, as agências de fact-checking são recursos amplamente utilizados, mobilizando jornalistas em torno de uma proposta de verificação de informações. Trata-se de uma prática que pretende a verificação da veracidade de informações e se tornou ativa na mitigação desinformação digital. Apesar de ser considerado um subcampo do jornalismo, se distingue da verificação redacional. Enquanto essa última parte do processo de construção cotidiana do texto jornalístico, concentrado na checagem de fatos de origem externa à redação, a checagem de fatos possui um caráter de contestação em relação à desinformação ao qualificar se dada informação é "fato" ou "fake".”

Dado: “Verificadores de fatos se transformaram, então, em atores importantes no combate à desinformação na última década, se expandindo em quantidade por todo o mundo, como indica o Duke Reporters' Lab. **Em 2017 eram 137** projetos de verificação de fato, já

em **2023 o número de projetos ativos chega a 391 em todo o mundo**. Além disso, desde 2015 há uma rede internacional de checadores, o International Fact-checking Network - IFCN, do Instituto Poynter que reúne agência de diversos países e recentemente estabeleceu parceria com Google e Twitter”

→ **Análise:** O dado quantitativo acima nos informa sobre o crescimento do número de projetos de gênero no mundo.

→ **Justificativa:** Mostra uma proposta que já está em andamento para combater as desinformações.

3. Regulações

Dado: “A deplataformização judicial é específica e **consiste na ação de remover e bloquear contas individuais ou de coletivos de ambientes digitais diversos, incluindo plataformas digitais (Facebook, Twitter, WhatsApp, Instagram, TikTok, Telegram, dentre outros) a partir do cumprimento de ordem judicial**, se diferenciando também daquela que observa ferramentas reguladoras estabelecidas, como Leis. O debate sobre o uso desse mecanismo por motivação judicial conta com argumentos contrários, como a censura e também a supressão da liberdade de expressão. Enquanto defensores destacam sua significância contra articulações e ações individuais relacionadas a desinformação e discurso de ódio. Mas outra ponta tem destacado se é o judiciário a instituição mais adequada para tomar decisões sobre moderação ao obrigar plataformas a remover conteúdos específicos, portanto, problematiza-se o papel e alcance do judiciário em tomar decisões sobre o tema.

Tal relação é bem evidenciada no Brasil, por exemplo, através do Inquérito das Fake News. Em 2019 o STF instaurou o Inquérito 4.781 que ficou conhecido como 'Inquérito das fake news' em razão de contínuas ameaças, denúncias caluniosas, mentiras direcionadas a membros da Corte. Parte desses conteúdos envolviam políticos em mandato, grupos de organizações antidemocráticas que pediam o fechamento do STF e protagonizaram cenas de protestos e manifestações públicas contra Ministros. Correndo em segredo de justiça, ao longo dos últimos anos o inquérito foi responsável por investigações, pedidos de prisões, apreensões, se transformando em importante e contraditório espaço de combate às fake news no Brasil. Mas uma das principais ações oriundas deste inquérito são as ordens para remoção de conteúdos e contas consideradas a partir do STF, exemplificando caso de deplataformização.

Em tal sentido, se há o entendimento jurídico e embasado de que uma conta ou postagem foi ofensiva contra a democracia, ou pessoas especificamente, ordens judiciais podem ser expedidas ordenando remoção, exatamente como acontece no Brasil. **Em 2020, por exemplo, Facebook e Twitter suspenderam 17 (dezesete) contas por ordem do STF**, incluindo de atores em cena como Sara Winter, do grupo 300, Luciano Hang, e Roberto Jefferson. Outro exemplo significativo foi o caso do bloqueio de perfis em redes sociais do então deputado federal Daniel Silveira (PSL - RJ) em 2021 e 2022, acusado de promoção e divulgação de notícias falsas contra membros da Suprema Corte.”

→ **Análise:** O dado qualitativo acima mostra um meio de regulamentação das informações disseminadas através de uma abordagem normativa e exemplos de utilização deste mecanismo no Brasil.

→ **Justificativa:** Traz uma perspectiva de como a informação está em disputa no Brasil. Acredito que esse seja um caminho para mitigar a distorção das pautas identitárias e penso ser essencial trazer um exemplo de disputas judiciais no domínio da informação e sobretudo na contenção da desinformação.

→ **Fonte:** MATOS, Lucineide Magalhães de. **A regulação de desinformação a partir de iniciativas legislativas no Brasil: uma análise do PL 2630/2020**. 2024. 222 f. Tese. (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.